



Uirapuru
Transmissora de Energia

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

CNPJ 07.003.112/0001-45

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
Balancos Patrimoniais.....	7
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. Contexto Operacional	11
2. Base de Preparação	11
3. Principais Políticas Contábeis.....	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	18
5. Clientes.....	18
6. Ativo de contrato.....	19
7. Fornecedores e Partes Relacionadas.....	19
8. Tributos.....	20
9. Pesquisa e Desenvolvimento.....	21
10.Provisões para Litígios e Passivos Contingentes.....	21
11.Patrimônio Líquido	21
12.Receita Operacional.....	22
13.Custos e despesas operacionais.....	23
14.Resultado Financeiro	23
15.Instrumentos Financeiros	23
16.Transações com Partes Relacionadas.....	26
17.Seguros.....	27
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	28
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Uirapuru Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 14 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Executivo

1. A COMPANHIA

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru ou Companhia), instituída em setembro de 2004, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

A Uirapuru foi constituída quando participou do Leilão nº 01/2004 da Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, na licitação pública para outorga de concessão de novas linhas de transmissão de energia elétrica. Sagrou-se a vencedora do Lote B do Edital, que previa a construção da Linha Ivaiporã - Londrina Circuito 2, no Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil.

Em 04.03.2005 a Uirapuru assinou o contrato de concessão para a construção, operação e manutenção da referida linha, em 525 kV de tensão, com extensão aproximada de 120 km de comprimento, segundo circuito, com origem na Subestação de Ivaiporã e término na Subestação de Londrina, utilizando 270 torres para sustentação dos cabos e passando pelo território de 10 municípios paranaenses.

A construção da linha de transmissão foi efetuada ao longo de 2005 e parte de 2006 e em 09.07.2006 o empreendimento iniciou a operação comercial, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP, previstas no Contrato de Concessão nº 002/2005, firmado com a Aneel. Adicionalmente, em julho de 2006, a Uirapuru celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 011/2005 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 06.06.2018 foram atendidas todas as condições para a transferência das ações anteriormente pertencentes a Eletrosul para a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras. No dia 21.09.2018, a Eletrobrás publicou o edital nº 01/2018 referente ao leilão realizado por conta e ordem dela, para alienação das participações detidas por ela e suas controladas. O comprador proponente vencedor foi a Copel GeT.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em milhares de reais	2.022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	201.393	193.869	3,9
Caixa e equivalentes de caixa	42.962	36.505	17,7
Receita operacional bruta	26.125	42.036	(37,9)
Deduções da receita	(1.975)	(2.450)	(19,4)
Receita operacional líquida	24.150	39.586	(39,0)
Custos e despesas operacionais	(1.880)	(1.850)	1,6
Resultado das atividades	22.270	37.736	(41,0)
Ebitda ou Lajida ^(a)	22.278	37.744	(41,0)
Resultado financeiro	4.223	1.352	212,4
IRPJ/CSLL	(2.216)	(2.078)	6,6
Lucro operacional	26.493	39.088	(32,2)
Lucro líquido do exercício	24.277	37.010	(34,4)
Patrimônio líquido	184.952	175.231	5,5
Dividendos	23.063	17.580	31,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	6,0	3,8	57,9
Liquidez geral (índice)	12,2	10,4	17,3
Margem do Ebitda ou Lajida ^(a) (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	92,2	95,3	(3,3)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	109,7	98,7	11,1
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	100,5	93,5	7,5
Participação de capital de terceiros (%)	8,2	9,6	(14,6)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (LL ÷ (PL inicial))	13,9	22,9	(39,3)

(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

3. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MARCIO LUIS BLOOT

Membros DAIANE MEDINO WOTKOSKI

ELOIR JOAKINSON JUNIOR

JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR

MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ITAMAR PINTO PAZ

Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR

Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY

ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ

FELIPE SANTOS RIBAS

DIRETORIA

Diretor Executivo MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ

Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADORA

CRC-PR-050498/O-1 TATIANE RAMTHUN GUMZ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.962	36.505
Clientes	5	2.776	2.197
Ativos de contrato	6	6.939	6.206
Outros créditos		62	935
Estoques		201	201
Imposto de renda e contribuição social		788	304
Despesas antecipadas		44	35
		53.772	46.383
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativos de contrato	6	146.662	147.451
Outros créditos		933	-
		147.595	147.451
Intangível		26	35
		147.621	147.486
TOTAL DO ATIVO		201.393	193.869

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	2
Partes relacionadas	7	111	59
Fornecedores	7	209	188
Imposto de renda e contribuição social	8	204	156
Outras obrigações fiscais	8	90	73
Dividendos a pagar		8.189	11.213
Encargos setoriais a recolher		58	158
Pesquisa e desenvolvimento	11	29	27
Outras contas a pagar		20	378
		8.910	12.254
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.380	5.320
Pesquisa e desenvolvimento	9	1.151	1.064
		7.531	6.384
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	98.000	98.000
Reserva legal	11.3	11.064	9.850
Reserva de retenção de lucros	11.3	58.591	58.591
Dividendo adicional proposto	11.4	17.297	8.790
		184.952	175.231
TOTAL DO PASSIVO		201.393	193.869

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	24.150	39.586
Custos Operacionais	13	(1.181)	(1.356)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		22.969	38.230
Outras Despesas Operacionais			
Despesas com vendas	13	-	14
Despesas gerais e administrativas	13	(603)	(393)
Outras despesas operacionais	13	(96)	(115)
		(699)	(494)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		22.270	37.736
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		4.242	1.371
Despesas financeiras		(19)	(19)
		4.223	1.352
LUCRO OPERACIONAL		26.493	39.088
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.1		
Imposto de renda e contribuição social		(1.156)	(1.144)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.060)	(934)
		(2.216)	(2.078)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		24.277	37.010
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	11.2	0,24773	0,48959

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.277	37.010
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	24.277	37.010

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		40.000	8.000	99.011	14.541	-	161.552
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.010	37.010
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(14.541)	-	(14.541)
Aumento de capital		58.000	-	(58.000)	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	11.2	-	1.850	-	-	(1.850)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	-	(8.790)	(8.790)
Dividendo adicional proposto					8.790	(8.790)	
Reserva de retenção de lucros	11.2	-	-	17.580	-	(17.580)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		98.000	9.850	58.591	8.790	-	175.231
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.277	24.277
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(8.790)	-	(8.790)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	11.2	-	1.214	-	-	(1.214)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	-	(5.766)	(5.766)
Dividendo adicional proposto	11.4				17.297	(17.297)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		98.000	11.064	58.591	17.297	-	184.952

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		24.277	37.010
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		20	(3)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	6	(18.240)	(39.834)
Imposto de renda e contribuição social	8.1	1.156	1.144
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	1.060	934
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	9.2	241	280
Depreciação e amortização	13	8	8
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	13	1	(14)
		8.523	(475)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes	5	17.716	29.570
Outros créditos		(60)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(484)	(173)
Despesas antecipadas		(9)	(25)
		17.163	29.372
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(2)	-
Partes relacionadas	16	52	(3)
Fornecedores	7	21	(30)
Outras obrigações fiscais		17	(39)
Encargos setoriais a recolher	9	(100)	15
Pesquisa e desenvolvimento	9.2	(171)	(919)
Outras contas a pagar		(358)	(3)
		(541)	(979)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		25.145	27.918
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.108)	(1.274)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		24.037	26.644
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de intangível		-	(42)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-	(42)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	11.2	(17.580)	(24.928)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(17.580)	(24.928)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.457	1.674
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	36.505	34.831
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	42.962	36.505
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.457	1.674

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (Uirapuru ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou “Controladora”).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de - de Energia nº 002/2005 - Aneel. O prazo da concessão, de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato, se encerra em 04.03.2035.

2. Base de Preparação

2.1 Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras , e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14.04.2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nºs 3.2 e 6 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NE nºs 3.3 e 5 - Redução ao valor recuperável de ativos: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 3.4 e 10 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nºs 3.5 e 12 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um “contas a receber” de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um “contas a receber” de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao custo de construção.

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

3.5 Reconhecimento da receita

3.5.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão relativa aos exercícios de 2022 e de 2021 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime tributário do lucro presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL.

O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta (faturamento regulatório), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta.

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

Adicionalmente, a companhia reconhece imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a receita financeira provisionada e sobre a remuneração e margem de construção do contrato de concessão.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir do exercício de 2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);

- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	490	30
Aplicações financeiras de liquidez imediata	42.472	36.475
	42.962	36.505

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 94% e 101,0% (em 2021 96% e 98,30%) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Encargos de uso da rede elétrica	2.591	6	202	2.799	2.220
(-) Perdas de créditos esperadas	(1)	-	(22)	(23)	(23)
	2.590	6	180	2.776	2.197

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os avisos de créditos - AVCs relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

6. Ativo de contrato

Em 1º.01.2021		142.189
Remuneração		39.834
Transferências para encargos do uso da rede - clientes		(28.409)
Receita de construção		43
Em 31.12.2021		153.657
Remuneração		18.240
Transferências para encargos do uso da rede - clientes		(18.296)
Margem de construção		2
Ganho (perda) por (in)eficiência		(2)
Em 31.12.2022		153.601
	Circulante	6.939
	Não circulante	146.662

6.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados em moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida medida em que os serviços são executados.

6.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2022	31.12.2021
Margem de construção	1,65%	1,65%
Margem de operação e manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração	8,33% a.a.	8,33% a.a.
Índice de correção dos contratos	IGPM	IGPM
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	28.181	37.146

7. Fornecedores

O saldo corresponde, principalmente, aos valores devidos pela prestação de serviços de operação e manutenção.

8. Tributos

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social	204	156
Outras obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	83	67
Outros tributos	7	6
	294	229
Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Contratos de concessão	4.732	4.733
Rendimentos de aplicações financeiras	1.648	587
	6.380	5.320

Baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, a Companhia constituiu crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos, com expectativa de realização conforme quadro a seguir:

2023	(591)
2024	(591)
2025	(591)
2026	(591)
2027	(591)
2028 a 2030	(1.607)
2031 a 2033	(1.818)
	(6.380)

8.1 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social				
Faturamento regulatório	26.182	26.182	30.566	30.566
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.095	3.142	2.445	3.668
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	1.121	1.121	667	667
(=) Base de cálculo	3.216	4.263	3.112	4.335
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	774	382	754	390
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contratos de concessão	1	1	11.268	11.268
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	-	-	901	1.352
Receita financeira provisionada	3.121	3.121	1.726	1.726
(=) Base de cálculo	3.121	3.121	2.627	3.078
Imposto de renda e contribuição social diferidos	779	281	657	277

9. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

9.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
FNDCT (a)	-	12	-	12	15
MME	-	12	-	12	7
P&D	933	4	219	1.156	1.069
	933	28	219	1.180	1.091
			Circulante	29	27
			Não circulante	1.151	1.064

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

9.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2021	24	12	1.694	1.730
Constituições	111	56	113	280
Recolhimentos	(120)	(61)	(738)	(919)
Em 31.12.2021	15	7	1.069	1.091
Constituições	96	48	97	241
Juros	-	-	19	19
Recolhimentos	(99)	(43)	(29)	(171)
Em 31.12.2022	12	12	1.156	1.180

10. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 não há provisões para litígios registradas na Companhia.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 a Companhia não possui passivos contingentes.

11. Patrimônio Líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022, no valor de R\$ 98.000 (R\$ 98.000 em 31.12.2021) é composto por 98.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

11.2 Resultado por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações	24.277	37.010
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	98.000.000	75.594.521
Resultado líquido do período básico e diluído por ação	0,24773	0,48959

11.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os dividendos.

11.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido do exercício	24.277	37.010
Reserva legal (5%)	(1.214)	(1.850)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	23.063	35.160
Dividendos mínimos obrigatórios	5.766	8.790
Dividendo adicional proposto	17.297	8.790
Total de Dividendos	23.063	17.580
Valor do dividendo por ação	0,000235	0,000233

12. Receita Operacional

	31.12.2022	31.12.2021
Receita de operação e manutenção - O&M	11.596	2.159
Receita de juros efetivos e correção monetária	14.407	39.834
Receita de construção (a)	122	43
(-) PIS/Pasep e Cofins	(956)	(1.116)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(241)	(280)
(-) Encargos setoriais	(778)	(1.054)
	24.150	39.586

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 6.

13. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e administradores	-	(334)	-	(334)	(181)
Planos previdenciário e assistencial	-	(36)	-	(36)	(9)
Material	(15)	-	-	(15)	(1)
Serviços de terceiros	(1.238)	(33)	-	(1.271)	(1.165)
Depreciação e amortização	-	(8)	-	(8)	(8)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	(1)	(1)	14
Custo de construção	(122)	-	-	(122)	(43)
Outros custos e despesas operacionais	194	(192)	(95)	(93)	(457)
	(1.181)	(603)	(96)	(1.880)	(1.850)

14. Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.200	1.305
Acréscimos moratórios sobre faturas	19	66
Outras receitas financeiras	23	-
	4.242	1.371
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D	19	-
Outras despesas financeiras	-	19
	19	19
Líquido	4.223	1.352

15. Instrumentos Financeiros

15.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	42.962	42.962	36.505	36.505
			42.962	42.962	36.505	36.505
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.776	2.776	2.197	2.197
			2.776	2.776	2.197	2.197
Total dos ativos financeiros			45.738	45.738	38.702	38.702
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	7		209	209	188	188
Total dos passivos financeiros			209	209	188	188

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

a) Valor justo equivalente ao valor contábil em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

15.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

15.2.1 Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	42.962	36.505
Clientes (b)	2.776	2.197
	45.738	38.702

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

15.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

O saldo de fornecedores registrado tem previsão de liquidação de um mês após a data destas demonstrações financeiras.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não possui dívida emitida e não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

15.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

16. Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A								
Compartilhamento (a)	-	-	80	51	-	-	-	-
Dividendos	-	-	8.189	11.213	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	25	24	202	-	286	363	-	-
Contrato de operação e manutenção	-	-	-	183	-	-	1.215	1.101
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	100	74	-	-	1.046	1.136	-	-
Compartilhamento (a)	-	-	24	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Brisa (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	8	9	-	-
Complexo Eólico São Bento do Norte (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	4	4	-	-
Complexo Eólico Cutia (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	1	-	-	13	15	-	-
Compartilhamento (a)	-	-	6	8	-	-	-	-
Complexo Eólico Jandaíra (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	3	-	-	-
Complexo Eólico Vilas (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	1	-	-	-	9	-	-	-
FDA Geração de Energia Elétrica S.A. (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	10	10	-	-	118	150	-	-
UEG Araucária Ltda. (b)								
Encargos de uso do sistema de transmissão	2	2	-	-	27	31	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	31	35
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	5	7

(a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

(b) Empreendimentos de geração de energia eólica, cujas ações pertencem à Copel GeT.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

17. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2024	130.443
Riscos Nomeados	24.08.2023	3.750

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R\$ 5,2177.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DE
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022 E DOS
DÍVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS DO EXERCÍCIO DE 2018**

Os membros do Conselho Fiscal da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a proposta de destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2022 e dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que elas estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 14 de abril de 2023

ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

